

CAIÇARAS E NÃO CAIÇARAS, RESIDENTES NO BAIRRO DE SÃO GONÇALO EM PARATY-RJ: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS COM O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA

Data de aceite: 01/07/2024

Joyce Santi

Advogada, Pós-graduanda em Gestão de Territórios e Saberes pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Especialista em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de SP
<http://lattes.cnpq.br/6340306354536255>

PALAVRAS-CHAVE: Justiça socioambiental, participação social, Gestão Compartilhada e Cidadania.

CAIÇARAS AND NON-CAIÇARAS, RESIDENTS IN THE NEIGHBORHOOD OF SÃO GONÇALO IN PARATY-RJ: SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS WITH THE SERRA DA BOCAINA NATIONAL PARK

KEYWORDS: Socio- environmental justice, social participation, Shared Management and citizenship.

INTRODUÇÃO

A criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), através do Decreto nº 68.172 de 1971, surge de um governo militar assim como a BR 101. Esta última, com início em 1969 e término em 1975, trouxe consigo o impulso de progresso, mas também inúmeros casos de conflitos territoriais e ambientais, destacando-se os relacionados a forte e voraz especulação imobiliária na região da Costa Verde no Rio de Janeiro. Somam-se a esses conflitos, os relacionados à sobreposição territorial com povos e comunidades existentes neste território e que de uma hora pra outra viram seus modos de vidas serem cerceados pela chegada do “progresso” e as novas barreiras Legais. Diante desse contexto histórico, se faz urgente e necessária a revisão dos olhares e interpretações dessas leis, ainda mais num local como Paraty, cercado de mais de 80% de vegetação nativa e principalmente que essas novas interpretações possam vir

através do diálogo para uma gestão efetivamente participativa do manejo e dos conflitos enfrentados no âmbito das Unidades de Conservação.

No caso do PNSB, muitos moradores já se encontravam residindo nas suas casas, plantando, manejando recursos naturais, e depois da criação da unidade de conservação, passam a ser vistos como “invasores” do Parque.

Uma dessas localidades, o bairro de São Gonçalo em Paraty-RJ, há famílias caiçaras e não caiçaras que tem ou já tiveram algum conflito de uso do território com o PNSB, entendendo-se também como conflito a imposição de multas, autos de infração, processos administrativos e judiciais e etc

Com o desenvolvimento do trabalho pretendeu-se através de orientação jurídica e ambiental propiciar que essas famílias possam participar de maneira mais ativa e consciente das reuniões, grupos de trabalho, conselhos e outras atividades desenvolvidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), órgão gestor do PNSB, a fim de auxiliá-las na defesa de seus direitos e permanência nos seus territórios, face aos conflitos ambientais e fundiários existentes com a UC. Como objetivos específicos, a identificação dos conflitos fundiários e ambientais a partir da realidade das famílias caiçaras e não caiçaras; suporte jurídico e técnico, para que essas famílias possam ser inseridas nos contextos de discussão das ações do PNSB, através da participação em reuniões, grupos de trabalho e conselhos, haja vista a dificuldade de compreensão e acesso dessas famílias a essa linguagem jurídica e por diversas vezes distante de suas realidades, mas que, no entanto, os atinge diretamente através de ações efetivadas pelo órgão gestor. Através de metodologias participativas, a realização de reuniões, entrevistas, mapas falados, observação participante, busca-se trazer um contraponto à Lei nº 9.605/90 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Lei arcaica que precisa de aperfeiçoamento e atualização para integrar no seu texto, os diferentes olhares entre conservação e preservação da biodiversidade, incluído aqui a biodiversidade cultural, conforme citado por Diegues (DIEGUES, 2011)

Essa biodiversidade cultural fica ainda mais evidente num território como Paraty que foi reconhecido em julho de 2019, como patrimônio misto mundial: cultural e natural pela UNESCO. Nesse sentido Maria Cristina Caponero, Rita C. Giraldo e Edson Leite (2019), p.51 destacam que:

ao mesmo tempo em que esse título pode promover a criatividade e o bem-estar social, também contribui para o gerenciamento do meio ambiente natural e social, gerando benefícios e atribuindo valorização e importância para a comunidade, verdadeira detentora desses recursos naturais e culturais

Como principais resultados apontamos o resgate da história de vida e de chegada dessas famílias, o resgate do pertencimento e o vínculo desses moradores com a terra e sua tradicionalidade, a identificação das necessidades prioritárias dessas famílias, a necessidade de maior representatividade e participação dessas famílias nas atividades

geridas pelo PNSB, a fim de buscar a solução dos possíveis conflitos de uso do território junto ao PNSB; e a identificação de potencialidades como implementação e desenvolvimento do turismo de base comunitária.

METODOLOGIA

Foram utilizadas metodologias com observação participante, rodas de diálogo e mapas falados, com o intuito de escuta e registros de modo a facilitar que expressem suas condições de vida e objetivando proporcionar um planejamento de suas ações.

Desde junho de 2023, mensalmente realiza-se reuniões/encontros/entrevistas com moradores, famílias ou grupos de famílias com os devidos termos de autorização de uso da imagem, incursões a campo e pesquisa documental e bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trata-se de comunidade com seis famílias de produtores rurais e residentes no interior ou entorno imediato ao PNSB. Como principais produtos tem-se a banana, o palmito pupunha e roça de subsistência com plantio de mandioca e frutíferas.

Através dos encontros que se apresentaram na forma de rodas de conversa, entrevistas, mapas falados e da observação participante, pode-se identificar uma atuação por vezes arbitrária do ICMBIO, a exemplo da demolição de dois imóveis no local. Recorrente foi a fala sobre a necessidade dos moradores, de que precisam estar melhor preparados quanto ao conhecimento de seus direitos e mais inseridos nos debates e reuniões feitos pelo ICMBIO. Por meio do acompanhamento técnico, em especial quanto ao conhecimento jurídico, puderam entender melhor os seus direitos de permanência face ao PNSB, alicerçados não só pela Lei do SNUC, mas também pelos instrumentos jurídicos de reconhecimento de sua tradicionalidade, como a Convenção 169 da OIT e da possibilidade de serem firmados Termos de Compromisso e ou/de Parceria e Cooperação Técnica, a serem feitos diretamente com os moradores atingidos, buscando assim mediar os conflitos e tentar resolvê-los ainda na esfera administrativa. Aqui vale mencionar a Instrução Normativa nº 141 de 2022 do ICMBIO, que viabiliza expressamente essa participação da sociedade civil, ao dispor que: “As Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar propostas de projeto a serem desenvolvidas conjuntamente com o Instituto Chico Mendes, indicando o objetivo do projeto, a situação problema que pretende solucionar, a descrição geral das atividades que pretende desenvolver e as metas a serem atingidas

As reuniões destacam a dificuldade de diálogo e de entendimento da postura adotada pelos gestores do PNSB, o que acarreta no receio dos moradores e os distancia por vezes do vínculo com a terra, assim como dos saberes trazidos e presentes nos seus territórios. Por meio desse resgate histórico e de tradicionalidade e através de uma orientação

jurídica, pretendeu-se estreitar o diálogo com o ICMBIO, no intuito de que essas famílias sejam inseridas e estejam ainda mais capacitadas para atuar nos processos que envolvam conflitos de uso ambiental e fundiário no território, relacionados ao PNSB e por meio da atuação do ICMBIO, a fim de que possam ter o reconhecimento de sua tradicionalidade e principalmente o direito de permanência em seus territórios.

Foram apontados possíveis desdobramentos e firmados alguns encaminhamentos com o ICMBIO de Paraty, como a criação de uma agenda para fomentar e desenvolver o turismo de base comunitária com essas famílias, por exemplo através de uma capacitação técnica e de mão de obra, utilizando os saberes dos moradores, voltada para criação e estrutura de novas trilhas, não só para acesso à cachoeiras, mas também para observação de passáros, além de estímulo e capacitação para projetos de agrofloresta, bem como de implementação da educação socioambiental nas escolas, priorizando que essa educação seja feita primordialmente através e para as Comunidades Tradicionais, buscando assim fomentar e promover a conscientização socioambiental e o resgate das narrativas presentes nas Comunidades Tradicionais: indígenas, caiçaras e quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Através desse trabalho pretendeu-se dar maior visibilidade de quem são essas famílias, trazendo sua história, sua tradicionalidade no lugar em que vivem, para além dos conflitos de uso do território que enfrentam e principalmente dar maior representatividade a essas famílias através de sua participação nas reuniões, e conselhos geridos pelo ICMBIO.

Consideramos que através da pesquisa realizada e da interação com os moradores, foi possível além de trazer maior visibilidade à essas famílias e suas histórias, principalmente provocar o órgão gestor ICMBIO a atuar através de uma gestão efetivamente participativa, com a criação, por exemplo, por parte do ICMBIO de mais Grupos de Trabalho, capazes de contemplar as demandas das Comunidades, principalmente no que atine aos seus direitos e deveres nas questões de uso do território, e também capazes de promover ainda mais o fortalecimento dessas Comunidades e sua permanência em seus territórios.

Percebemos também, a efetividade dessa gestão participativa, através, por exemplo do diálogo e consenso entre moradores e ICMBIO, de que eventuais autos de Infração e/ou multas, possam/devam ser entregues na sede da Associação de Moradores local, essa interface entre a Associação representando o morador/produtor e o ICMBIO, impulsiona a democracia e a cidadania, á medida que capacita alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) todos os indivíduos, de exercerem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1999).

Também houve discussões e há intenção de que se implemente a educação socioambiental nas escolas, a partir e para as Comunidades tradicionais, uma vez que

trazer as crianças para o contexto, é uma oportunidade de aprenderem desde cedo o que são seus territórios, além de buscar promover a conscientização socioambiental, através de ensino sobre a preservação da natureza, incentivo de práticas sustentáveis e despertando a consciência ecológica nas crianças, e por fim a elaboração de uma cartilha que contemple as principais dúvidas sobre direitos e deveres no que tange ao uso dos território face ao PNSB.

Pretende-se também a partir desse estudo piloto, replicá-lo para tantas outras famílias residentes em outros bairros de Paraty, que possuem conflitos ligados ao uso do território, face ao PNSB.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. São Paulo: MMA/COBI/NUPABU/USP, 2000. 211 p.

CAPONERO, Maria Cristina, GIRALDI Rita C, LEITE, Edson. (2019) Memória e patrimônio cultural: espaços e práticas de difusão na contemporaneidade – Revista Confluências Culturais, v. 8, n. 2 – ISSN 2316-395X

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Paraty e Ilha Grande recebem título de Patrimônio Mundial da Unesco. 4 jul. 2019c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5164/paraty-e-ilha-grande-rjganham-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco>. Acesso em: jul. 2023.

Instrução Normativa do ICMBIO nº141/2022, disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/IN14_22.pdf

COUTINHO, Carlos Nelson,.,Pag 42, CIDADANIA E MODERNIDADE- Transcrição de conferência pronunciada na Embratel, com transmissão em rede nacional de televisão executiva, em 20 de maio de 1994, num ciclo de debates sobre “Modernidade”- Perspectivas, São Paulo, 22: 41-59,1999.